

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº:001/2025

PROCESSO: Nº 002/2025

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: Registro de preços sob demanda para avaliação de imóveis e levantamentos topográficos planialtimétricos georreferenciados, com disponibilização, na modalidade SaaS, de software próprio para apoio à gestão patrimonial imobiliária, visando e cartorial, bem como a estruturação do inventário técnico dos bens imóveis pertencentes aos Municípios: Igaratinga, Conceição do Pará, Pedra do Indaiá, Perdigão, São Gonçalo do Pará, Lagoa da Prata, Divinópolis. Inclui suporte técnico para a instalação e operacionalização da licença pelo período máximo de 10 (dez) anos e atualização para a versão mais recente do software durante o período de vigência do contrato, para atender às necessidades do [órgão contratante], conforme especificações constantes do Termo de Referência.

ÍNDICE:

- 1. Do Objeto**
- 2. Dos Preços, Especificações e Quantitativos**
- 3. Do(s) Órgão(s) Gerenciador e Participante(s)**
- 4. Da Adesão à Ata de Registro de Preços**
- 5. Da Validade, Formalização da Ata de Registro de Preços e Cadastro Reserva**
- 6. Da Alteração ou Atualização dos Preços Registrados**
- 7. Da Negociação de Preços Registrados**

- 8.** Do Remanejamento das Quantidades Registradas na Ata de Registro de Preços
- 9.** Do Cancelamento do Registro do Licitante Vencedor e dos Preços Registrados
- 10.** Das Penalidades
- 11.** Das Condições Gerais

PREÂMBULO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL E MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO ITAPECERICA – CIMMVI, com sede à Rua Irmã Marta Morato, 241 - Bom Pastor Divinópolis / MG - CEP: 35.500-140, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 54.771.168/0001-20, neste ato representado(a) pelo(a) Presidente do Consórcio Intermunicipal e Multifinalitário dos Municípios do Vale do Itapeçerica, conforme Termo de Posse da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal do CIMMVI, de 03 de janeiro de 2025, publicada no site do órgão na mesma data, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 001/2025, publicada no Portal de Compras Públicas, dia 29/05/2025, processo administrativo nº 002/2025, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** tem por objeto, serviços sob demanda para avaliação de imóveis e levantamentos topográficos planialtimétricos georreferenciados, com disponibilização, na modalidade SaaS, de software próprio para apoio à gestão patrimonial imobiliária, e cartorial, bem como a estruturação do inventário técnico dos bens imóveis pertencentes aos municípios consorciados participantes, conforme registrado em Intenção de Registro de Preços que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

1.2. Toda e qualquer alteração nos serviços somente poderá ser efetivada mediante prévia e expressa autorização por escrito por parte do Ente Gerenciador (CIMMVI).

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. Avaliação de imóveis e levantamentos topográficos planialtimétrico georreferenciados, com disponibilização, na modalidade SaaS, de **software próprio para apoio à gestão patrimonial imobiliária**, visando à regularização cartorial, bem como à **estruturação do inventário técnico dos bens imóveis**. O **preço registrado**, as **especificações do objeto**, as **quantidades mínimas e máximas de cada item**, o(s) **fornecedor(es)** e as demais **condições ofertadas na(s) proposta(s)** são as seguintes: **locação, na modalidade SaaS, de software de gestão de imóveis**, incluindo **suporte técnico, instalação, operacionalização da licença e atualizações durante a vigência contratual**.

ITEM	DESCRIÇÃO	MÉTRICA	QUANTIDADE TOTAL (Considerando todos os municípios participantes)	VALOR UNITÁRIO
1	Locação de software de gestão de imóveis, visando a gestão dos imóveis. Inclui suporte técnico para a instalação e operacionalização da licença pelo período de 10 (dez) anos e atualização para a versão mais recente do software durante o período de vigência do contrato, de acordo com as faixas a seguir:	X	X	
1.1	Locação do sistema – Faixa de população: 1 a 5.000 habitantes	Mês	60	R\$ 3.900,00
1.2	Locação do sistema – Faixa de população: 5.001 a 10.000	Mês	60	R\$ 5.900,00

	habitantes			
1.3	Locação do sistema – Faixa de população: 10.001 a 20.000 habitantes	Mês	180	R\$ 7.900,00
1.4	Locação do sistema – Faixa de população: 20.001 a 40.000 habitantes	Mês	0	
1.5	Locação do sistema – Faixa de população: 40.001 a 60.000 habitantes	Mês	60	R\$ 10.900,00
1.6	Locação do sistema – Faixa de população: 60.001 a 80.000 habitantes	Mês	0	
1.7	Locação do sistema – Faixa de população: 80.001 a 120.000 habitantes	Mês	0	
1.8	Locação do sistema – Faixa de população: 120.001 a 200.000 habitantes	Mês	0	

1.9	Locação do sistema – Faixa de população: 200.001 a 300.000 habitantes	Mês	60	R\$ 17.900,00
1.10	Locação do sistema – Faixa de população: 300.001 a 400.000 habitantes	Mês	0	
1.11	Locação do sistema – Faixa de população: 400.001 a 500.000 habitantes	Mês	0	
1.12	Locação do sistema – Faixa de população: 500.001 a 700.000 habitantes	Mês	0	
1.13	Locação do sistema – Faixa de população: 700.001 a 1.500,000 habitantes	Mês	0	
1.14	Locação do sistema – Faixa de população: 1.500.001 a 3.000.000 habitantes	Mês	0	
1.15	Locação do sistema – Faixa de população: Acima de 3.000.001 habitantes	Mês	0	

2	Treinamento.	Horas	520	R\$ 235,00
3	Customização.	Horas	6240	R\$ 235,00
4	SERP – Suporte especializado recorrente presencial.	Horas	2040	R\$ 454,55
5	Laudo de avaliação de imóveis urbanos, de acordo com as faixas a seguir:	X	X	
5.1	Laudo de avaliação de imóveis urbanos – até 1.000m².	Unidade	4523	R\$ 2.500,00
5.2	Laudo de avaliação de imóveis urbanos – de 1.001m² até 3.000m².	Unidade	479	R\$ 4.500,00
5.3	Laudo de avaliação de imóveis urbanos – de 3.001m² até 10.000m².	Unidade	364	R\$ 8.500,00
5.4	Laudo de avaliação de imóveis urbanos – acima de 10.000m².	Unidade	294	R\$ 12.000,00
5.5	Laudo de avaliação de imóveis rurais – até 10.000m².	Unidade	282	R\$ 4.500,00
5.6	Laudo de avaliação de imóveis rurais – de 10.001m² até 30.000m².	Unidade	6	R\$ 8.500,00
5.7	Laudo de avaliação de imóveis rurais – de 30.001m² até 70.000m².	Unidade	3	R\$ 12.000,00

5.8	Laudo de avaliação de imóveis rurais – acima de 70.000m².	Unidade	5	R\$ 15.000,00
6	Levantamento Topográfico Planimétrico de imóveis urbanos de acordo com suas dimensões, será de acordo com as faixas a seguir:	X	X	
6.1	Levantamento Topográfico Planialtimétrico de imóveis urbanos com dimensão de 0 – 600 metros quadrados.	Unidade	4255	R\$ 1.616,00
6.2	Levantamento Topográfico Planialtimétrico de imóveis urbanos com dimensão de 601 – 1000 metros quadrados.	Unidade	269	R\$ 1.745,28
6.3	Levantamento Topográfico Planialtimétrico de imóveis urbanos com dimensão de 1001 – 2000 metros quadrados	Unidade	330	R\$ 1.919,81
6.4	Levantamento Topográfico Planialtimétrico de imóveis urbanos com dimensão de 2001 – 5000 metros quadrados.	Unidade	343	R\$ 2.130,99
6.5	Levantamento Topográfico Planialtimétrico de imóveis urbanos com dimensão de 5001 – 10.000 metros quadrados.	Unidade	167	R\$ 2.450,63

6.6	Levantamento Topográfico Planialtimétrico de imóveis urbanos acima de 10.000 metros quadrados.	Unidade	293	R\$ 2.940,76
6.7	Levantamento Topográfico Planialtimétrico de imóveis rurais com dimensão de 0 – 5 hectares.	Unidade	290	R\$ 2.985,00
6.8	Levantamento Topográfico Planialtimétrico de imóveis rurais com dimensão de 5,1 – 10 hectares.	Unidade	2	R\$ 4.268,00
6.9	Levantamento Topográfico Planialtimétrico de imóveis rurais com dimensão de 10,1 – 20 hectares.	Unidade	1	R\$ 4.609,44
6.10	Levantamento Topográfico Planialtimétrico de imóveis rurais com dimensão de 20,1 – 30 hectares.	Unidade	1	R\$ 5.300,86
6.11	Levantamento Topográfico Planialtimétrico de imóveis rurais com dimensão de 30,1 – 50 hectares.	Unidade	1	R\$ 6.042,98
6.12	Levantamento Topográfico Planialtimétrico de imóveis rurais com dimensão acima de 50 hectares.	Unidade	1	R\$ 6.949,42
7	Coleta de assinatura.	Unidade	298	R\$ 306,90
8	Implantação de marcos geográficos.	Unidade	2982	R\$ 660,00

9	Levantamento patrimonial cartório.	Unidade	5959	R\$ 149,60
10	Análise e diagnóstico jurídico da atual situação de cada imóvel.	Unidade	2982	R\$ 343,20
11	Desmembramento de área.	Unidade	298	R\$ 1.684,10
12	Remembramento/Unificação de área.	Unidade	298	R\$ 2.059,20
13	Retificação de área.	Unidade	298	R\$ 3.850,00
14	Criação do CAFIR ou Descaracterização.	Unidade	297	R\$ 979,00
15	Criação do CCIR.	Unidade	297	R\$ 618,20
16	Criação do CAR.	Unidade	297	R\$ 1.060,40

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o Consórcio Intermunicipal dos Municípios do Vale do Itapecerica - CIMMVI.

3.2. Os órgãos participantes são os municípios consorciados ao CIMMVI sendo eles: Igaratinga/MG, Conceição do Pará/MG, Pedra do Indaiá/MG, Perdigão/MG, São Gonçalo do Pará/MG, Lagoa da Prata/MG e Divinópolis/MG.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Será permitida a Adesão à Ata de Registro de Preços (Carona) desde que autorizado pelo órgão gerenciador e pela empresa cujos preços estão registrados, em conjunto.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, comprovando a manutenção da vantajosidade do preço.

5.2. Todas as comunicações oficiais referente esta Ata de registro de preços, serão realizadas preferencialmente por meio eletrônico, com registro formal para fins de transparência e segurança das informações;

5.2.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.2.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2.3. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual.

5.2.4. Como condição à Assinatura do Contrato com o Carona, a empresa cujos preços estão registrados deverá realizar o pagamento do ressarcimento à Organização da Sociedade Civil autorizada no âmbito do PMI 001/2024, que modelou a presente solução, conforme percentual de ressarcimento aprovado pela comissão apreciadora dos estudos, qual seja, o pagamento de 5% do valor do contrato, limitado ao teto de R\$ 1.075.235,70.

5.2.5. O município não participante da Ata de Registro de Preços que queira realizar carona (adesão à ata de registro de preços) fica obrigado a realizar pagamento ao CIMMVI no montante de 1% do valor total do contrato a ser firmado.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto, e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para os licitantes que componham o cadastro de reserva e venham a ser convocados diante da impossibilidade de o signatário atender às demandas, também será exigido, como condição prévia à assinatura do contrato, o ressarcimento à empresa autorizada no âmbito do PMI 001/2024 do CIMMVI, responsável pela modelagem do presente procedimento.

5.7. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.8. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.8.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.8.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.9. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.10. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata

de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.10.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes, aceitar a contratação nos termos dos itens anteriores, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. A entidade gerenciadora deverá demonstrar indícios de que os preços de mercado, praticados pela solução como um todo, considerando os itens de forma unificada em lote, estão superfaturados levando em consideração as condições de mercado, considerando a indivisibilidade da solução.

7.1.2. O fornecedor poderá comprovar que os preços praticados estão condizentes com aqueles praticados pelo mercado, no prazo de até 10 dias úteis.

7.1.3. Caso a demonstração de que trata o item 7.1.2 não seja procedente, e o fornecedor não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.4. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar em negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão/entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento de registro do fornecedor e convocação do cadastro de reservas.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

7.2.4. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pela entidade gerenciadora entre os órgãos ou às entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante ou de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, *ANEXO AO EDITAL*.

Presidente

Julliano Lacerda Lino

XRE SISTEMAS LTDA

MARCOS VINICIUS SILVA